Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: CARACTERÍSTICA DO ÓBITO INFANTIL DE MÃES ADOLESCENTES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. 2010-2017.

Relatoria: Janete Maria da Silva
MEIRE MENDES NOGUEIRA
Autores: FLAVIA RENATA DA SILVA ZUQUE
SUELI SANTIAGO BALDAN

Modalidade: Comunicação coordenada
Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão
Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: No Brasil, ao longo dos últimos anos tem sido observado a redução da mortalidade infantil (MI), a qual é considerada um indicador que possibilita mensurar a qualidade saúde prestada a população, contudo observa-se que as principais causas de óbitos estão relacionadas com a assistência dispensada no ciclo gravídico puerperal. Sendo assim, a redução da MI constitui uma das metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a qual propõe acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos até o ano de 2030.Objetivo: Caracterizar o óbito infantil de mães adolescentes do Estado de Mato Grosso do Sul. Método: Foi realizado um estudo transversal, descritivo, com análise quantitativa de dados secundários do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), os quais estão disponíveis na Plataforma DATASUS. Para a análise, foi utilizado o indicador de óbitos infantil por residência referente ao período de 2010 a 2017 de mães com idade entre 10 a 19 anos. Resultado: Neste período totalizaram 1082 óbitos em menores de 01 ano, sendo (561, 51,8%) óbitos no período neonatal precoce, (172) no neonatal tardio e (349) no período pós-neonatal. Houve predominância de: gestação única (1002, 92%), por via de parto vaginal (678, 62,7%), com idade gestacional menor de 37 semanas (655, 60,5%) e com peso inferior a 2499g (676, 62,5%). De acordo com a classificação do Capitulo do CID-10, no período neonatal, precoce e tardio, as principais causas foram: algumas afecções originadas no período perinatal (589) e malformação congênita (144); no período pós-neonatal, as principais causas foram: Malformações congênita deformidade e anomalias cromossômicas (71), causas externas de morbidade e mortalidade (79) e afecções respiratórias (50). Dentre as causas externas, observou-se maior número (60, 76%) de óbitos por outros riscos acidentais à respiração. As causas evitáveis totalizaram um total de (748, 69,1%), sendo a principal causa (548, 73,3%) relacionada à reduzível atenção a gestação parto feto e recém-nascido. Conclusão: Diante do exposto, percebe-se a necessidade de educação permanente aos profissionais e implementação de ações que garantam o acesso e a qualidade da assistência à saúde materna e infantil; e também a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) desenvolver ações que garantam o empoderamento de mães para melhorar o cuidado e garantir a segurança da criança.